

---

# REVISTA

DE

## ESTUDOS HISTÓRICOS

BOLETIM DO INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓ-  
RICOS DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

DIRECTOR: Prof. Damião Peres

---

### O Pôrto contra Junot

(Conclusão)

**D**E dia para dia é maior a confiança na vitória. Aparecem inflamadas proclamações. A afronta infligida ao 2.º Regimento do Pôrto é recordada. Chegou a hora da vingança:

Valerosos Soldados do 2.º Regimento do Porto: *Vencer ou morrer* he a divisa de todo o nosso Exercito; qual deve ser a vossa? A Nação em armas se reune para defender a Causa publica; mas vós offendidos pessoalmente na honra, tendes de unir àquela, a causa particular. Outr'ora assassinados, dispersos e proscriptos pela oppressão dominante, vós podieis comparecer sem pejo aos vossos concidadãos: mas agora..... Soldados, vós justificareis a conducta do inimigo, se mais que outro algum Corpo, não souberdes distinguir-vos na presente occasião. Em quanto lembrarem *Caldas*, a memoria do vosso insulto annexa a ellas, ha-de lembrar tambem. Diga o mundo embora que alli fostes ultrajados; huma vez que a vossa animosidade corresponda às vantajosas esperanças que a vosso respeito formamos. Tres milhões

de homens que hão-de observar-vos, ou combater a vosso lado, notarão judiciosos os vossos menores movimentos: duas Nações bellicosas, nossas alliadas, fazendo a nossa reserva, terão os olhos fitos sobre cada hum de vós. Não basta mostrar coragem, he preciso obrar portentos. Bravos do 2.º Regimento do Porto! He por acções arrojadas, e atrevidas que deveis merecer a honra de combater á nossa frente. He escusado recomendar a ordem a quem foi creado nella. Sabeis quanto ella he util em qualquer occasião, e em qualquer tempo. Se vos confiarem um posto, firmes como muralhas, deveis permanecer nelle. Se vos derem o signal do combate, o vosso choque irresistivel, bem como o raio despedido das nuvens, esmagará os perversos, que ousarem combater-vos. São fracos como a serpe, que precisa de enganos da sua marcha rasteira. Seis mil homens forão mandados, só contra o vosso Regimento, e ainda assim mais do que a força, prevaleceo a intelligencia dos cobardes, e o seu vil stratagemma. Soldados do 2.º Regimento do Porto, qual d'entre vós pode esquecer o grito de vingança, que implorárão os vossos irmãos, sacrificados á raiva dos perversos! Qual d'entre vós não suspira pelo recobro das suas perdidas bandeiras? Soldados, he preciso recobralhas para airosamente trazellas. As Quinas Lusitanas tremulão por toda a parte, e só vós as não trareis? Ora sus Gente brava e corajosa: o tempo das vinganças he chegado: vinguem-se os vossos irmãos d'Armas e o vosso honrado Tenente; e sacrificando aos seus manes os assassinos que deshumanamente os ultrajarão, recobrareis então a vossa gloria; e dando que dizer ao mundo inteiro, os que vos virem, admirados das vossas grandes proezas, dirão cheios de transporte, apontando-vos com o dedo. *Estes são os Vingadores das Caldas; A escolha do nosso Exercito.*

Coimbra, Quartel do Collegio de S. Bento, 11 de Julho de 1808.

*Sebastião Pizarro, Tenente Commandante.*

Durante todo êste tempo a excitação popular tem-se agravado. No Pôrto, a todos os momentos, os sinos tocam a rebate; ouvem-se tiros, rufos de tambores, alaridos. A população vem para as ruas berrando e praguejando doidamente.

A 21 já dizia o Bispo:

#### PORTUGUEZES

Quis a Providencia mostrar-nos o momento da nossa Ventura: Portuguezes, confiança no Ceo. A defeza da Religião, das Vidas, e das Fazendas, he quem deve estimular o brio Portuguez. Às armas, Portuguezes, para nos libertarmos de huns Impios, de huns Facinorosos, de huns Roubadores, que a titulo de *Protecção* vem arrancar-nos as nossas Vidas, e os nossos Bens. Mas lembrai-vos que o tumulto e a desordem não é defeza. A Nação que vai a defender-se, não deve insultar, e offender a si mesma: Defendei-vos do inimigo, e não mancheis a honra, que ides a ganhar, denegrindo-a com insultos feitos aos vossos Concidadãos: As nossas forças, e a nossa bravura deve só aparecer no Campo contra o inimigo. Os Eclesiasticos deverão unir os seus sentimentos à Causa publica. Os Religiosos e Religiosas devem enviar incessantemente as suas Orações ao Ceo de donde vem a força e a defeza: Triunfe a Justiça, e esmague-se a iniquidade. O Governo não quer desordens; quer obediencia, e energia para a defeza, não para o tumulto.

Já mais se toque a Rebate nas Torres, sem que primeiro toque a Cathedral; bem entendido, que tocando na Cathedral sem haver algum sinal na Torre he para acudir a fogo na Cidade; e de dia, havendo com o toque uma Bandeira na Torre e de noite hum Farol accezo, he para acudir a defeza, e combater o Inimigo. Os Rebates falsos são perturbadores do socego publico, são causa de inquietação, e origem de desgraças.

O Governo quer defeza; mas quer igualmente a segurança publica do Povo Portuguez, praticai-o assim, e fazei-vos dignos da confiança do Governo. Viva o PRINCIPE REGENTE, Viva Portugal, e vivão os Portuenses.

*Bispo, Presidente Governador.*

Mais interessante — porque melhor traduz a desorientação do povo — é a seguinte

#### PROCLAMAÇÃO

PORTUGUEZES, pelo Ceo, por JESU CHRISTO ouvi hum Governo, que vos ama, que quer a vossa felicidade, e que trabalha por ella. Que fazeis com as vossas turbulencias, com os vossos tiros, e com a vossa falta de ordem, e de subordinação a quem está prompto a conduzir-vos, a levar-vos com ordem ao inimigo e a poupar as vossas vidas? Que tiros não perdeis, que devião empregar-se no inimigo, e ao depois hão de faltar-vos? Que signaes não estais dando ao inimigo para se acautelar, e surpreender-vos? Portuguezes, ouvi a quem vos ama: os Francezes hão de acometter-vos n'hum golpe de mão, e de noite; estais perdidos se não vos subordinais, e ouvis o Governo. Os tiros, os toques de Tambores, os Sinos, dão ao inimigo hum signal certo onde estais, onde se acha a força e onde fica a fraqueza. Ao inimigo encobrem-se os destinos para o acometter, para melhor se acautelar, e sahir-lhe ao encontro quando elles menos o pensão: He este o meio de vencêl-os, sujeitai-vos aos Superiores em tudo, e por tudo, se quereis vencer; aliás ficareis desgraçados: A força, sem ordem he a de hum valente Touro, que cede á industria, á destreza de hum fraco, o debil Capinha. Pelo que ha de mais Sagrado no Ceo, e na terra, por JESU CHRISTO, roga-vos o Governo, que vos sujeiteis aos vossos Chefes, formando-se as Ordenanças nas suas Companhias. Se vos puzerem n'hum posto, ahí deveis permanecer, para quando chegar a

ocasião do vosso Combate. Os que estão avançados accommettem primeiro, e matando diminuem os inimigos; os segundos, quando chega a sua vez, minorão os contrarios com as mortes, que lhes dão; os terceiros vencem e destroem o resto. Mas se em montão, ides aos pontos, destroçados ahí, que resta? ficais todos perdidos. Que desgraça! A vossa energia deve ser dirigida pela arte; deixai-vos conduzir, e sereis vencedores. Viva o PRINCIPE REGENTE, Viva Portugal, Vivão os Portuenses.

*Bispo, Presidente Governador.*

Em 28 o novo Intendente geral da policia publica um

#### EDITAL

*O Dr. JOSÉ FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO, do Desembargo de S. A. R., e seu Desembargador da Relação e Casa desta Cidade do Porto, e nella Juiz Conservador do Contrato Real do Tabaco, Juiz da Inconfidencia, e Intendente Geral da Policia no Districto da mesma Relação.*

Faço saber a todos os moradores desta Cidade, Suburbios e seu Termo, que attendendo às circumstancias actuaes, e a que todos devem cooperar para manter a boa paz, e tranquillidade pública, evitando por isso as desordens, que podem acontecer: Mando que desde já fiquem prohibidos tiros, fogo solto, ou do ar, pois com elle se podem perturbar os signaes do ataque do inimigo; debaixo de pena de prisão de meu arbitrio, e da cadêa pagarem dous mil reis de condemnação; e outro sim mando que nenhuma pessoa, tocando a rebate, deixe de se armar no modo possível; e os homens, que pelas suas avançadas idades não puderem acudir, animarão as suas familias, e visinhas á quietação, e a que não formem alaridos, que no dia de ontem se observarão com bastante excesso,

e que não serve de mais que horrorisar e incutir hum terror pânico, que não deve apparecêr no animo dos Portuguezes costumados a vencer grandes Exercitos, quanto mais um rancho de miseraveis; e o que o contrario fizer, sendo homem, será prezo a ferros, e sendo mulher, será somente preza. E mando que todas as Justiças a quem compete o seu cumprimento, fação executar o sobredito acima, e da mesma forma que se expressa. E para que chegue á noticia de todos, e que não possam allegar ignorancia, mandei passar o presente, que será affixado nos Lugares Público desta Cidade.

Porto, e Intendencia Geral da Policia em 28 de Junho de 1808. E eu, *Antônio José Ribeiro Viãna*, o *sobscrevi*.

José Feliciano da Rocha Gameiro.

As proclamações, os editais surgem de todos os cantos.

E, no meio desta agitação que se estende às restantes provincias sublevadas, (1) os excessos

(1) Em Moncorvo, por exemplo, davam-se agressões pessoais, como se infere do «*Bando que a Junta de Segurança... de Moncorvo mandou apregoar*»—28 de Junho de 1808—«para que todos os moradores se abstenham de qualquer violência e procedimento de facto...» Outro Edital, também de Moncorvo, dizia — «...alguns homens, sem costumes, sem probidade e sem Religião pretenderam alterar o socego público, valendo-se de um zêlo falso..... induziam algumas mulheres de infima plebe, para fazerem alaridos, atacarem com nomes injuriosos as pessoas autorizadas de cujo caracter e firmeza patriótica se receavam..... Qualquer Habitante..... que ousar doestar alguma Pessoa de qualquer estado e condição que seja com o detestavel nome de Junot, ou outro semelhante, será preso por espaço de tres meses na cadeia pública e pagará dous mil reis». Em Viseu também

multiplicam-se. A plebe entrega-se ferozmente às perseguições. Os que serviram sob os franceses, os que pelos franceses tem manifestado quaisquer simpatias, ou muitas vezes os que, por vingança, alguém se lembra de apontar como tais são cruelmente perseguidos.

Raimundo José Pinheiro, o patriota decidido, continua dando que falar de si. De gênio violento e exaltado, comete arbitrariedades e violências que mais tarde o levarão aos tribunais. É tido como espancador e como um dos principais amotinadores do povo. Só o seu nome infunde terror. Corre as ruas feito chefe das turbas, precedido de um grupo de ex-soldados espanhóis, armados de clavina, vestidos e calçados por êle. Faz exigências de dinheiro, de cavalos, de valores. Ai daquele que recusar o que Raimundo exigir. Alcunhado de jacobino, tem logo açulada a população contra si <sup>(1)</sup>.

D. António S. José de Castro, habilmente, vai singrando neste mar revólto de paixões. Se pretendesse ostensivamente fazer frente à onda seria tido como jacobino e estava perdido —

se deram graves motins, chegando a ser maltratado o Governador Florêncio José Correa de Mello. «O mesmo fizeram ao Juiz de Fora dos Arcos, chegando aqui mais ao attentado de queimar os cartórios». Fr. Joaq. Soares, *op. cit.* pág. 45. Em Bragança, Guimarães, Vila Nova de Foscôa, etc. também o povo armou grandes tumultos. Soriano *ob. e vol. cit.* pág. 437.

(1) «*Acusação, defesa e Sentença justificativa dada em favôr de Raymundo José Pinheiro*» Londres, 1814. Passim.

se acompanhasse as fúrias pópulares tornar-se-ia conivente com todos os crimes. Mas D. António, inteligente como é, tem a intuição da psicologia das multidões. Sem contrariar abertamente o povo, insinua, embora com poucas esperanças de êxito, boas ideias de ordem, de respeito, de obediência. Manda as suas ovelhas para os apriscos —isto é—para as Igrejas. Três dias de jejum, orações e Procissões de Penitência. Mais três dias festivos com *Te Deum Laudamus* e todas as mais funções do Culto Público. Recomenda aos padres que preguem e exortem os povos aos actos de penitência e acção de graças e... à confiança e sujeição às autoridades legítimas (1). Aparece no meio dos motins e, com meia dúzia de bênçãos, leva atrás de si, momentâneamente calmo e submisso, o seu rebanho.

É necessário castigar os traidores, é indispensável fazer cessar as manobras dos jacobinos que tanto mal vão causando—mas D. António quer evitar que seja o povo a fazer justiça pelas próprias mãos. A 26 de Junho ordena que, do dia 39 em diante, se proceda a uma Devassa a fim de castigar os «*Inconfidentes*, que depois do feliz dia da Acclamação de 18 de Junho de 1808, tiverem commettido o horrososo Crime de *Traição* à sua Patria, e ao Nosso Legitimo e verdadeiro Soberano; ou de qualquer maneira e modo tenham mostrado descontentamento na acção mais Gloriosa para Portugal de sacudir o cruel Jugo do

(1) Carta Pastoral de 14 de Julho de 1808.



*Tyranno*, que nos opprimia» (1). Para Juiz da Inconfidência nomeia o Desembargador Rocha Gameiro. Mais tarde, a 2 de Julho, é publicado novo Edital, esclarecendo que «o conhecimento dos *Réos* culpados se deve buscar» desde «o tempo da sahida do Principe e que mediou entre esta e o dia da Acclamação» (2).

Por todos os meios procura D. António conservar-se nas boas graças populares; indirectamente, pela boca do Juiz do Povo, vai recordando os seus serviços. Mais ainda: vai engodando as massas com promessas.

«...O PRINCIPE REGENTE N. S. já nos governa: o SUPREMO CONSELHO em seu Nome vela, e desvela-se cada vez mais sobre nós. A sua profunda sabedoria occupa-se em fazer-vos felizes. . . . Elle já vos deo Juiz do Povo, e Procurador dos Mesteres, e completou a Casa dos Vinte e Quatro. Elle vai dar-vos huma nova ordem, e forma do Governo Economico da Cidade, capaz de dar tom ao vosso Corpo attenuado, e de todo paralytico. Elle vai remover de entre vós a *Inercia*, a *Violencia*, a *Fraude*, a *Parcialidade*, pestes fataes, e inimigos declarados da *Industria*, do *Direito*, da *Verdade*, e do *Bem público*. Elle vai não só atalhar os damnos e males que tendes soffrido, e arredar de vós os Autores que os causarão; mas tambem providenciar as cousas de modo, que os anciosos de riqueza, e poder, os sanguisugas públicos (*sic*) não tenham lugar em tempo algum para se apoderarem dos productos do geral trabalho, nem para se

(1) Edital de Rocha Gameiro, de 28 de Junho, em observância da ordem da Junta, de 26 do mesmo mês. *Legisl. cit.* pág. 552.

(2) Edit. de R. Gameiro, *Leg. cit.* pág. 554.

enriquecerem com o suor do Povo, nem finalmente para vos desprezarem, e tratarem de resto..... Vós sois o Povo mais feliz, e ditoso...» (1)

A desorientação, as más paixões vão lavrando. Já accusam de traidores os magistrados encarregados de julgar os delitos de inconfidência. A população quer vêr justiça rápida, feroz e sanguinária.

Em Proclamação de 1 de Julho, o Intendente Geral da Policia e Juiz da Inconfidência diz num assomo de dignidade ofendida:

«Se... desconfiaes de mim o remédio é prompto, porque eu vou já demittir o cargo, que nem pedi, nem ambiciono..... Os Rêos estão bem seguros: hão-de ser punidos conforme suas culpas; a *Devassa*, que pelas nossas Leis se requer, ainda ontem se principiou. Que desejo é este tão arrebatado de sangue!...»

O número das vinganças e das perseguições aumenta sempre. Os jacobinos, ou os que querem vingar ódios velhos vão fazendo crescer a confusão. Aparecem «Editais insolentes e revolucionarios fomentando a revolta de uns contra os outros» (2). E o Bispo que não vê outro meio —de tão fracos recursos dispõe!— para jugular a anarquia, faz activar a denúncia e o julga-

(1) «*Proclamação. Magnanimos Patricios, honrado Povo, permitti que no meio de tanta gloria vos falle outra vez o vosso JUIZ, o vosso amigo*». Sem data.

(2) Proclamação do Bispo do Porto, de 8 de Julho de 1808.

mento dos inconfidentes. Em 2 de Julho, Nuno de Faria da Matta Castello-Branco é nomeado ajudante do Juiz da Inconfidência.

As suspeições, que não poupam ninguém, chegam a envolver a própria Junta; em comícios o povo, por vezes, rugiu contra ela. É o caos. Quando Bernardim Freire veio assumir o seu cargo de Governador das Armas, houve protestos, discursos violentos nas praças.

Uma «proclamação do povo ao mesmo povo» de 2 de Julho, implora obediência e confiança nas autoridades.

«Ouvi a voz que vos falla não com frases polidas nem engenho lisongeiro mas sim com simples... voses de amor... patriotismo..... Não sabeis, que nós entendemos (como rusticos) huma cousa, e as leis que nos dirigem são outras... De que servem os nossos ajuntamentos tumultuosos, que fazemos, e os discursos vãos que discorremos, sem causa, contra o *GOVERNO* que nos dirige a completar a nossa gloria?». E referindo-se a Bernardim Freire, continua: «...para que forão essas juntas, e esses discursos vãos que hontem fizestes contra elle sem causa? Eu vos ouvi e reprehendi, e agora novamente vos digo, que confieis nelle, e em todos os mais Membros do Governo, e nos Ministros nomeados para sentenciarrem os Reos».

Quem assim falava era o Juiz do Povo.

Um novo Juiz, João de Almeida Ribeiro, pede igualmente que se não pratiquem violências. Tem pitorescas pretensões de literatura que merecem ser arquivadas.

«Vós no dia 18..... obrastes um milagre...; e tendo a traição de hum *Tyranno* amortizado o nome Augusto do

Nosso Amavel *PRINCIPE*, sobre impondo-lhe o seu, e mandado commetter, á vista dos nossos olhos, o mais sacrilego, e o mais horroroso de todos os attentados, qual o de demolir o Sagrado Quadro, que nos traz á memoria as cinco fontes, que rebentárão no alto do Calvario para lavarem os peccados do Mundo, quero dizer as *Cinco Chagas do Nosso Redemptor*, offerecidas no Campo de Ourique ao nosso Primeiro *Rei* para Ihe servirem de honra aos seus Estandartes: Vós tudo fizestes resuscitar no referido dia 18, porque neste mesmo dia, sobre o infame nome de *Napoleão*, apparece cavalgado o do Nosso Soberano, apresentando-se assim á nossa imaginação hum verdadeiro retrato do Archanjo S. Miguel».

O chanceler Governador das Justiças também pede aos «illustres portuenses, almas generosas» que não procedam «tumultuária e confusamente», pois, diz, nem mesmo «he proprio das vossas honradas intenções, que se castiguem senão aquelles que forem convencidos de seus horrorosos e detestaveis crimes».

«Hum fiel cidadão», cuja «alma nada em prazer», recomenda ao povo portuense que fique surdo «às vozes dos *Seductores*», que evite os «inconsiderados alaridos». «Os confusos e mal entendidos clamores tumultuarios desafião a discordia, a discordia vos precipitará».

Os Franciscanos do Pôrto também lançam Proclamação. Classificam a Restauração da Independência como «a Acção mais brilhante e gloriosa, da qual cabe ao Povo Portuense a melhor parte», e pedem ao mesmo povo «que não dê ouvidos ou consinta sêr illudido pelos astutos, vis, atraíçoados emissarios, que essa quadri-

lha de malvados tem assalariado por toda a parte».

O Bispo, D. Fr. António, visita os postos militares, percorre as ruas insensível às fadigas e pessoalmente vai aplacar os tumultos, sem contudo descurar os importantíssimos negócios do govêrno (1).

Na manhã de 5 de Julho são presos Mariz e Luís Cândido, acusados por D. António de gravíssimos crimes. Era o desfêcho das desinteligências entre êstes oficiais e o Bispo, por causa da onnipotência que o Prelado se ia arrogando. A Junta Militar, a que pertencia Luís Cândido, para nada era ouvida e dentro da própria Junta do Govêrno Supremo só havia um homem que mandava: D. António. Julgados, Mariz é condenado a deportação para Angola e Luís Cândido a pena de morte (2). Felizmente, as sentenças não foram executadas. Levados para o Brasil, o príncipe regente absolveu-os. Quando o povo soube que os presos haviam saído a barra, mais um tumulto se armou. O bispo, com palavras e bençãos, acalmou o motim.

A emoção causada pela triste sorte dos dois oficiais foi enorme entre os seus amigos. Se D. António já tinha malquerenças mais e maio-

(1) Fr. Joaq. Soares, *op. cit.* pág. 45.

(2) Edital de 29 de Julho, o qual comunica ter sido Luís Cândido Pinheiro Furtado, condenado pelo Tribunal da Relação—*pelo crime atrocissimo*—sem nada mais explicar.

res ficou tendo. Chegou a esboçar-se uma sedição, rápida e habilmente reprimida.

Um poeta chorou, em sentidos versos, a desdita de Mariz.

*Epodo 3*

«Foi de Mariz guerreiro

«Que contra o monstro infrene, audaz, soberbo,

«A voz se alçou primeiro;

«E os olhos, que esperavão ver ruínas,

«Só virão florear as Luzas quinas.

*Estrofe 4*

«Ao bellico fragor de seus ensaios

«Pelas ruas discorrem

«Mil genios marciaes do valor raios,

«E a seu lado correm:

«Retinem pelo ar bronzeas trombetas

«E, aballando a terra,

«Conduzem opavor, amorte, aguerra

«Dos prenhes arcenaes ferreas carretas.

*Antistrofe 4*

«Entre vivas de gloria onome Augusto

«Do Principe resôa,

«Estremece aperfidia, eacôr do susto

«Ao torvo rosto vôa:

«Lizia gentil que quazi escorregava

«No infame sepulcro,

«Ostenta o'splendor seu, mais que antes pulchro.

«Liberta fica, sendo ha pouco escrava.

*Epodo 4*

«Contente opatrio Douro,  
«Espectador feliz da bella scenna,  
«Avitrea cauda estendeo serena  
«Sobre as arêas d'ouro;  
«Fazendo soar degosto entre voragens  
«Onome de Mariz por suas margens.

*Estrofe 5*

«Nem o Heroe soçobra entre osperigos,  
«De Lizia novo Fabio  
«Corta opasso insidiozo aos inimigos  
«Valente ahum tempo, e sabio:  
«A Luza fama então toma conforto,  
«Eá sua voz guerreira  
«Do barbaro projecto na carreira  
«Tiranico Loison lá fica absorto.

*Antistrofe 5*

«Porem quanto he fatal da inveja escaça  
«O dragão truculento,  
«Quando c'onegro bafo aluz embaça  
«Do são merecimento!  
«A ingrata patria, oh! cruel lembrança!  
«A justiça prosterga,  
«E ogrilhão, que lh' ha pouco os pulsos verga,  
«Do seu Libertador aos pulsos lança I...

*Epodo 5*

«Tremeo a Natureza  
«De tamanho attentado aofeio aspecto,  
«Eao som Aerrivel (*sic*) do fatal decreto  
«Gemeo de se vêr leza;  
«E emquanto atroz vingança o Heroe amolga  
«Surrisse omonstro, que da perda folga.

*Estrofe 6*

«Em vão aaflicta Esposa implora auxilio  
 «Entre ohorror, que a assusta;  
 «Lá vai Mariz, oh! dor!... tirano exilio  
 «Soffrer n'Africa adusta!...»  
 O' fera ingratição! Oh! monstro rude  
 Vai lá viver no Averno!...  
 He este patria injusta o premio eterno,  
 Que corôa do Heroe a sãa virtude!...

*Antistrofe 6*

Vagas, que conduzis o aureo thezouro,  
 Que á gloria vai roubado,  
 Obairrel (*sic*) não leveis ás praias d'ouro  
 No horizonte apartado:  
 Possa viver de Lizia a saudade  
 Do Principe no seio,  
 Não s'apague ao ouvir d'espanto cheio  
 Que Lizia perpetrou tanta maldade.

*Epodo 6*

Não mais ó Lyra minha;  
 Anova aura feliz entrega,  
 Que quem nomar de inveja audaz navega  
 Do p'rigo se avezinha;  
 Deiremos (*sic*) o Heroe, que em pena do erro  
 Talvez que a Patria chore inda odesterro. (1)

Em 6 de Julho receando o Bispo e «com bem mágua» que haja «pessoas que, ou com pretexto

(1) «Ode a João Manoel de Mariz Sarmiento... offerecida ao Principe Regente por hum vassallo fiel. Na Corunha na Imprensa de D. Francisco Candido Perez Prieto.» Sem data.



de se não incomodarem, ou com zelo indiscreto de não prejudicarem os culpados, ou por amizade ou por outros respeitos semelhantes, se propoem a não quererem ir jurar na..... devassa a verdade, que sabem contra as pessoas já presas e contra outras, que ainda faltam» ordena e manda «a todas as pessoas de qualquer condição que seja, de hum, e outro sexo, que» vão fazer as suas delações «ao Juizo da Policia dentro do tempo prefixo no dito Edital de 28 de Junho, debaixo da pena de santa obediência e de Excommunhão Maior *ipso facto incurrenda*.....» D. António procura com um mal—a torpeza das delações, evitar um mal maior—a truculência da vindicta popular.

As vinganças, as desconfianças, os ódios, como ondas encapeladas por um temeroso vendaval, vão ameaçando tudo e todos envolver. O próprio Bispo não está bem seguro. «D. António S. José de Castro, monge de S. Bruno, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Porto», em Proclamação de 8 de Julho, insiste em mostrar ao povo os seus serviços e o cuidado com que vem tratando de levar até ao fim o seu propósito patriótico de expulsar o invasor.

....«Para este fim já Temos dado as possiveis providencias para Formarmos hum Exercito de tanta força, e ordem, que ainda de longe ponha em fugida o Inimigo; Temos reunido as Provincias, e Camaras das Comarcas; todos os dias concorrem honrados Voluntarios, que vem engrossar o Exercito. Temos mandado vir Armamentos,

e Munições de Guerra, que Esperamos brevemente, por não ser bastante para todo o Exercito o resto deste genero de forças, que escapou á rapina dos *Inimigos*. Temos mandado vir hum Governador das nossas Armas, que já estava provido neste Emprego pelo Nosso Augusto PRINCIPE com a Patente de Marechal de Campo: O seu valor, e a sua sciencia Militar já forão conhecidas na Campanha contra os *Francezes*; a sua fidelidade ao nosso PRINCIPE REGENTE está provada pela demissão, que elle fez dos seus Póstos, por não querer servir debaixo das Ordens do Governo *Francez*, e pela promptidão, com que veio unir-se á Nossa Pessoa para a defeza da Patria, assim que o Mandamos chamar, fazendo logo o protesto de não acceitar outra Patente, nem ambicionar outra alguma honra, senão a de servir, e dar a vida pela Patria. Temos por tanto hum General de toda a nossa confiança, e isto só deve bastar para o ser da vossa. Temos escolhido Magistrados honrados, por Nós bem conhecidos, e experimentados para Nos ajudarem na Administração da Justiça, e toda esta marcha vai debaixo das Nossas vistas, e de toda a Nossa vigilancia e cuidado. Temos sobretudo a protecção de DEOS sobre nós, tão visivelmente conhecida, que esses mesmos *Francezes* que tem calcado as Nações mais poderosas da *Europa*, e que vinhão invadir esta Cidade com o fim de perpetrarem nella as mais atrozes crueldades, entrão nella, como tendes visto, maniatados e humildes. *Portuenses*, ponde em Deos toda a vossa confiança, e depois tambem no vosso Bispo, e nas pessoas de quem Elle se confiar. Ponde porem todo o cuidado em alguns malvados *Jacobinos*, que vos andão inquietando, e pondo Editaes insolentes, e revolucionarios para vos revoltar huns contra os outros, e fazerem irremediavel a vossa ruina. Filhos Carissimos, sabeí que o demonio he o Principe das trevas, e da confusão; DEOS he o Author da Paz, e da Luz, e os seus Filhos são quietos, e pacíficos. Procurai viver em paz, e socego, como filhos do Altissimo, para merecemos a sua Benção, e a sua

Divina Protecção, como esperamos da Sua Piedade infinita.» (1)

Mas o Demónio, o *Principe das Trevas*, domina como soberano nos espiritos.

O povo quer sangue—está ávido de carnagem.

A *Minerva Lusitana* publica artigos como o que se segue:

«Em régra o numero dos traidores he muito menor, do que se suppõe, e a massa geral da Nação se tem mostrado tão animada contra os *Francezes*, que he hum espectáculo o mais agradavel a todos os bons Cidadãos ver o valor e a energia dos Portuguezes. Com tudo (com magoa o dizemos) he verdade terem apparecido alguns traidores; mas o olho vigilante da Policia os persegue em segredo, e brevemente pagarão com a sua cabeça o seu horrendo e abominavel crime. Entre elles ha duas classes; a primeira comprehende aquelles, que não favorecendo em cousa alguma a causa da nossa gloriosa Restauração, de algum modo servem ao inimigo comum: estes devem ser examinados com vagar e miudeza. A segunda he a dos que claramente conspiram contra a Nação, e em cujas mãos apparecem papeis, ou outros documentos verdadeiros da sua traição. Estes, como tem o seu crime á vista, devem ser logo conduzidos á morte: o seu sangue he necessario ao povo, he necessario a nós mesmos, para a nossa segurança; e he necessario aos que ainda estão vacillantes, para assim por força aprenderem a entrar no caminho da honra.» (2)

A impunidade de quantos crimes se vão cometendo anima o povo a prosseguir. A vida e

(1) *Legislação*, cit. pág. 556.

(2) *Minerva Lusitana*—n.º 7.

a liberdade das pessoas estão nas mãos da população. O Intendente Geral da Polícia do Pôrto, com o seu Edital de 9 de Agosto, tenta pôr termo aos atentados contra as autoridades.

—«Faço saber, que tendo depois da Feliz Acclamação muitos Povos arrogado a si hum direito Magestatico, e de Soberania que lhe não compete, qual he o de suspender, e prender Magistrados, Governos, e mais Authoridades constituídas por qualquer pretexto por mais especioso que seja, pois que só lhe he licito recorrer à REAL JUNTA, em quem reside o Summo Imperio, legalmente Erigida, . . . ; e para que cesse de huma vez a dita pessima, erronea, e abusiva intelligencia, que tantos males tem causado à liberdade, e boa Administração da Justiça, sem a qual os Povos se não podem conservar; declaro que daqui em diante será hum dos meus maiores desvelos, não só como *Intendente Geral da Policia*, mas como *Juiz da Inconfidencia*, conhecer daquelles individuos que se arrojam a cometter semelhantes insultos, devendo saber incorrem no crime de *Lesã Magestade* os que attentarem contra as referidas pessoas, suspendendo-as, ou prendendo-as, e que na Devassa a que estou procedendo, perguntarei por aquelles, que depois da publicação deste, se fizerem cúmplices de semelhantes attentados, como comprehensivos no Capitulo de Inconfidentes, para serem castigados com a severidade das leis.»

Entretanto o movimento da independência tem alastrado por todo o país.

De tudo carecemos pois Junot reduziu Portugal à extrema penúria. Mas num desespero heróico a Nação em pêsso atira-se resolutamente para a luta. *Não medita os perigos, nem calcula as fôrças.*

Nas águas territoriais portuguesas cruzam constantemente as naus do almirante Cotton, o qual mantém correspondência continua com os habitantes de Lisboa. De bordo da sua *Nau Hibernia* lança proclamações incitando e animando o povo.

Beja, Leiria, Évora e outras localidades têm pago bem caro o seu grito de liberdade. Maransin, Loison, Margaron, Thommiers celebrizaram-se pelas suas crueldades julgando por êste modo sufocar a sublevação. Kellerman dizia:

«—Habitantes do Alem-Tejo. Beja tinha-se revoltado. Beja já não existe! Os seus criminosos Habitantes forão passados ao fio da espada; e as suas casas entregues à pilhagem, e ao incendio.... Conhecei que não foi em vão que o nosso *General em Chefe* vos disse: Que nuvens de rebeldes desaparecerião diante de nós, como as arêas do deserto, pelo sôpro impetuoso do vento do meio dia.» (1)

A esta ferocidade responde, como um eco, o ódio cada vez mais violento do povo.

Junot, vendo que as suas atrocidades nada conseguiam, valeu-se também de outros meios.

Enviou de Lisboa para o norte um emissário, Pedro de Melo Breiner, com propósitos conciliatórios, mas a população, acusando-o de traidor e ameaçando-o de morte, obrigou-o a retroceder.

Procurando amedrontar os portugueses e ao

(1) Proclamação datada de Extremoz, 1 de Julho de 1808.

mesmo tempo levantar o espírito das suas tropas, Junot, nos fins de Julho, inventa triunfos das armas imperiais e espalha outras notícias falsas.

«Soldados! Houve uma grande batalha entre o exercito francez e o exercito hespanhol, reunido nas provincias de Castella e de Galliza entre Benevente e o Douro; o exercito hespanhol foi completamente batido, e perdeu a maior parte da sua artilharia. O general francez prossegue nas suas vantagens, e 20.000 homens do seu exercito entrarão em Portugal pela cidade de Bragança. Esta forte divisão marcha para Lisboa, e em breve, valorosos soldados, podereis abraçar os vossos camaradas.....»

Em 1 de Agosto Junot, por intermédio do Conde de Ega, Conselheiro do Govêrno, Encarregado da Repartição da Justiça, também tenta chamar os magistrados das regiões sublevadas à razão... francesa.

«Os deveres do Ministerio, que me unem comvosco, sábios e respeitaveis Magistrados, me obrigão a dirigir-vos, nas actuaes circumstancias, expressões, que serão sem dúvida acordes com os vossos mesmos sentimentos. Nós tínhamos esperanças bem fundadas de sermos felizes; as nossas Leis, os nossos Privilegios, e os nossos Costumes se guardavão e mantinhão; alguns defeitos e abusos, que seria indispensavel emendar, se irião pouco e pouco destruindo, até que hum novo Codigo.... acabasse de aperfeiçoar a nossa Legislação....»

Tal era o brilhante quadro da nossa futura existencia....

Que he pois o que nos acontece? Trocão-se em amargura as mais bem fundadas esperanças! A persuasão

dos nossos Visinhos foi bastante, para que huma parte das nossas Províncias seguisse desacordada o pernicioso exemplo da rebelião, que vai sepultallas na sua total ruína. Vós Magistrados territoriais,.... dizei que motivos vos constringêrão a excitar, e promover a discordia, e a rebelião desses desgraçados Povos, subindo o vosso indiscreto fanatismo ao enorme crime de saciaredes o vosso particular rancor, fundados em principios errados do interesse publico? Vemos em Bèja a desolação, que semelhante perfidia produzio, e vemos em outras muitas partes horrores, e crueldades pouco proprias de huma Nação, que se prezava de generosa. Qual será o resultado deste desvario? Tremo quando o considero.»

E, depois de ameaçar com as iras de Napoleão, continua :

«Eia pois ainda temos remedio.... O perdoar he certamente a mais grata disposição da Alma Elevada do Respeitavel Chefe, que nos rege com Mão Bemfeitora. Elle, crêde-me, ainda se consola com a esperança bem que remota, de embainhar a sua Espada Justiceira, e de poder conseguir para Portugal os bens que lhe havia procurado.» (1)

E, apesar de todas estas manobras, a situação torna-se, para Junot, cada vez mais grave. Há cêrca de um mês que não recebe a mínima notícia do que vai por Espanha—pelo estrangeiro. Para se pôr ao facto do que se passa em Portugal espalha espiões pelas províncias. Mas êstes, em geral, nunca mais voltam. Junot sabe apenas, algumas vezes, que o povo os

(1) *Obs. Port.*, pág. 391 e seg. Procl. de 1 de Agosto.

enforcou. Vão chegando sempre armas e munições de Espanha, de Inglaterra. O entusiasmo e a confiança da Nação de momento a momento são mais profundos. Ao amanhecer de 1 de Agosto a cavalaria portuguesa de polícia de Lisboa deserta desta cidade e junta-se, três dias depois, às tropas de Coímbra <sup>(1)</sup>. Junot tem os seus dias contados em Portugal. Dizem os pasquins que aparecem no Pôrto e em outras terras: — «*O Ducado de Abrantes está a vagar por instantes*».

De facto, o momento de libertação não tardava. Já se encontravam nas águas portuguesas os transportes com as forças britânicas. Em 24 de Julho Wellesley conferenciara com o bispo do Pôrto e com outras personalidades portuguesas, que lhe prometeram o possível auxilio de tropas e de mantimentos <sup>(2)</sup>. Depois de Wellesley ir à foz do Tejo ouvir a opinião do almirante Cotton, foi escolhido o pôrto de Lavos, próximo da Figueira, para o desembarque, que começou no dia 2 de Agosto. É nesta altura que Wellesley recebe um officio do seu governo comunicando-lhe que o comando das forças britânicas havia sido confiado a Sir Hew Dalrymple em primeiro lugar, em segundo a Sir Harry Burrard. Se algum tenente-general mais antigo do que Wellesley

(1) *Obs. Port.*, pag. 390, e Soriano — *ob. e vol. cit.*, pág. 370.

(2) Général Foy — *Histoire de la guerre d'Espagne et du Portugal sous Napoléon*, Paris, 1829. T. IV, pág. 406.



fôsse enviado, deveria Wellesley servir debaixo das suas ordens... (1)

O estado do mar demorou ainda alguns dias o desembarque completo dos batalhões ingleses, e fez até com que alguns soldados e marinheiros ali encontrassem a morte.

Por várias vezes tinham corrido em Lisboa notícias desencontradas sôbre a próxima chegada dos ingleses. A policia não conseguia apurar o que havia de verdade em tais boatos, apesar de Lagarde, o famigerado Intendente, se gabar de que tinha tão bem organizados os seus serviços de espionagem, que sabia pela manhã o que os maridos conversavam com as mulheres durante a noite (2). Já muitas tropas inglesas estavam em terra, quando Junot soube a desagradável nova.

Do Pôrto partem para Coimbra algumas fôrças comandadas por Bernardim Freire. 5.000 dêsses soldados levam como armas paus, chuchos e fouces. «Hum zeloso pela Patria» brada-lhes entusiasmado:

«Ide arrostar o Inimigo; cingir a espada; enristar a lança; combater peito a peito o cobarde, e vil Inimigo..... Lembrai-vos que nascestes Portuguezes, que tiverão sempre por timbre *vencer e não serem vencidos*... E lembrai-vos principalmente, que assim como fostes os REGENERADORES DA NAÇÃO (e como se

(1) Soriano—*ob. e vol. cit.*, pág. 368.

(2) *Relação breve*, etc., cit. pág. 60, nota.

lerá isto na posteridade?) sereis os seus CONQUISTADORES e venturosos, e immortais CONSERVADORES.» (1)

Numa conferência celebrada em Montemor-o-Velho, no dia 7, entre Wellesley e os generais portugueses é resolvido marcharem directamente contra a Capital. As forças inglesas partem primeiro e em Leiria esperam pelas portuguesas. Ai Bernardim, por divergência de opiniões com Wellesley, recusa-se a avançar. Com os ingleses seguem apenas uns 2.600 portugueses. Depois... depois dão-se as batalhas de Roliça e Vimeiro, Delaborde e Junot são derrotados, ao que se segue a lamentável Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto (2), ratificada a 1 do mês immediato.

No dia 15 de Setembro largam os franceses do Tejo, com os navios abarrotados de alfaias sagradas, quadros, manuscritos, joias,—riquezas imensas—inestimáveis! Ainda se reclamaram a Junot algumas preciosidades do Museu Real, do Marquês de Angeja, etc. Pediram-lhe a restituição da famosa Bíblia dos Jerónimos. Junot «deu a sua palavra de honra (que não era nenhuma) de que anteriormente tinha sido remetida para França» (3). E o que é certo é que a Bíblia lá foi, durante uns anos, passear pelo estrangeiro.

(1) Procl. de Amador Patricio—Pôrto, 3 de Agosto de 1808.

(2) *Legislação*, cit. pág. 893.

(3) *Obs. Port.*, pág. 521.

Portugal estava enfim livre da *protecção* de Junot.

Se não foram unicamente o Pôrto e os seus filhos que expulsaram do solo pátrio o invasor, foram sem dúvida, a sua iniciativa, a sua decisão e o seu exemplo os principais factores do bom êxito de tão prodigioso feito; por isso o velho e leal burgo inscreveu nos seus fastos mais uma página gloriosa e brilhante.

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.